



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## **PROJETO DE LEI N.º 412, DE 2021**

**(Do Sr. Carlos Bezerra)**

Acrescenta parágrafos ao art. 48 da Lei n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997, para reservar um canal exclusivo de emissora de televisão nos municípios vizinhos à capital e para dispensar de pedido a reserva de tempo destinado à propaganda eleitoral para os partidos participantes das eleições de Prefeitos e Vereadores em Municípios com mais de cem mil eleitores em que não haja emissora de televisão.

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PL-1110/2011.

**APRECIAÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

**PROJETO DE LEI N<sup>o</sup> , DE 2021**  
**(Do Sr. Carlos Bezerra)**

Acrescenta parágrafos ao art. 48 da Lei n.<sup>o</sup> 9.504, de 30 de setembro de 1997, para reservar um canal exclusivo de emissora de televisão nos municípios vizinhos à capital e para dispensar de pedido a reserva de tempo destinado à propaganda eleitoral para os partidos participantes das eleições de Prefeitos e Vereadores em Municípios com mais de cem mil eleitores em que não haja emissora de televisão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica acrescido os seguinte §§º ao art. 48 da Lei n.<sup>o</sup> 9.504, de 30 de setembro de 1997:

“Art. 48. ....

§ 3º. Nos Municípios com mais de cem mil eleitores, tal reserva será feita independentemente de pleito partidário.

§4º. Nos Municípios vizinhos à capital, com mais de cem mil eleitores, e que não haja emissora, será reservado um canal de televisão exclusivo para propaganda eleitoral.

.....”  
Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A Lei das Eleições prevê, em seu artigo 48 que, nas eleições para Prefeitos e Vereadores, nos Municípios em que não haja



emissora de televisão, os órgãos regionais de direção da maioria dos partidos participantes do pleito possam requerer à Justiça Eleitoral que reserve dez por cento do tempo destinado à propaganda eleitoral gratuita para divulgação em rede da propaganda dos candidatos desses Municípios, pelas emissoras geradoras que os atingem. A própria Justiça Eleitoral divide o tempo entre os candidatos dos Municípios vizinhos, de forma que o número máximo de Municípios a serem atendidos seja igual ao de emissoras geradoras disponíveis.

O Tribunal Superior Eleitoral tem permitido, também, que cada uma das emissoras sediadas na Capital transmita a propaganda de um determinado Município, considerando a audiência de cada emissora e o número de eleitores das localidades por elas atingidas, sem formação de rede. Para aquela Corte, o sistema atende à finalidade da lei e se justifica por possibilitar que um maior número de pessoas possa melhor conhecer as propostas e idéias dos candidatos que disputam as eleições no Município, pois ao invés de apenas dez por cento do tempo total ser destinado para os Municípios vizinhos, os eleitores assistem à propaganda de seus candidatos por trinta minutos diários, observados os parâmetros de distribuição entre os partidos.

Entendemos, no entanto, que o dispositivo legal pode evoluir ainda mais. Muito embora a exigência de pedido efetuado pela maioria dos partidos se justifique em Municípios pequenos, para evitar eventuais desequilíbrios entre os candidatos dos partidos com maiores disponibilidades financeiras e aqueles que não podem arcar com os custos de produção da propaganda; o mesmo não se dá em Municípios maiores, em que deve prevalecer o interesse dos eleitores em tomar ciência das propostas dos candidatos.

Nos Municípios menores, é possível aos eleitores ter um contato mais direto com os candidatos independentemente dos meios de comunicação de massa; nos Municípios com mais de cem mil habitantes, tal intermediação é fundamental para a divulgação dos nomes e propostas no seio da população, possibilitando um voto consciente, uma cidadania ativa.

Contamos, pois, com o apoio dos nobres pares, na espera da aprovação deste Projeto que, temos certeza, muito contribui para o aperfeiçoamento da nossa democracia representativa.



Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

Deputado CARLOS BEZERRA

multipartFile2file7854857772510988919.tmp

Documento eletrônico assinado por Carlos Bezerra (MDB/MT), através do ponto SDR\_56400, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

Apresentação: 10/02/2021 21:05 - Mesa

PL n.412/2021



Documento eletrônico  
na forma do art. 102, §  
da Mesa n. 80 de 2016.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
 Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI N° 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997**

Estabelece normas para as eleições.

**O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....  
**DA PROPAGANDA ELEITORAL NO RÁDIO E NA TELEVISÃO**  
 .....

Art. 48. Nas eleições para Prefeitos e Vereadores, nos Municípios em que não haja emissora de rádio e televisão, a Justiça Eleitoral garantirá aos Partidos Políticos participantes do pleito a veiculação de propaganda eleitoral gratuita nas localidades aptas à realização de segundo turno de eleições e nas quais seja operacionalmente viável realizar a retransmissão.  
*(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 12.034, de 29/9/2009)*

§ 1º *(Revogado pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)*

§ 2º *(Revogado pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)*

Art. 49. Se houver segundo turno, as emissoras de rádio e televisão reservarão, a partir da sexta-feira seguinte à realização do primeiro turno e até a antevéspera da eleição, horário destinado à divulgação da propaganda eleitoral gratuita, dividida em dois blocos diários de dez minutos para cada eleição, e os blocos terão início às sete e às doze horas, no rádio, e às treze e às vinte horas e trinta minutos, na televisão. *(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 13.488, de 6/10/2017)*

§ 1º Em circunscrição onde houver segundo turno para Presidente e Governador, o horário reservado à propaganda deste iniciar-se-á imediatamente após o término do horário reservado ao primeiro.

§ 2º O tempo de cada período diário será dividido igualitariamente entre os candidatos.

.....  
 .....  
**FIM DO DOCUMENTO**